



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO – Significado e Importância Para a Escola

Rosilene Maria Silva Pontes¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de elucidar a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve refletir a realidade de cada escola, numa concepção autônoma de construção, mas, sem perder de vista a identidade da instituição. Como a escola é constituída de distintos segmentos o projeto pedagógico atingirá seu objetivo principal se for elaborado de forma coletiva, pelos servidores da unidade e jamais ser pago para um consultor/empresa confeccionar. Além disso, deixa claro que, sem a comunidade escolar presente nas reuniões de discussões, para elaboração desse documento, as chances das ações contidas no PPP terem êxito são pequenas. Numa gestão democrática e participativa, a equipe diretora influencia o corpo docente para estarem presentes nos momentos de planejamento do PPP, enfatizando nas ações que contribuam para uma aprendizagem significativa e emancipadora dos estudantes.

É necessário compreender que é imprescindível a contribuição da comunidade escolar na elaboração ou atualização, pois, por ser um processo difícil, pode ser vislumbradas novas formas de transformar a realidade existente. Fica claro que, esse documento, citado acima, não é apenas para constar na escola por ser exigência do órgão superior da educação, no caso, as secretarias de educação, mas, para a escola exercer a sua função social na comunidade onde está inserida. Como também, objetiva realizar melhorias na prática educativa. Esse estudo é de cunho qualitativo, intermediada pela pesquisa bibliográfica. São vários os autores que contribuíram, a saber: Lück; Demo; Veiga; Medel; Libâneo, artigos etc.

Palavras-chave: Escola, Projeto Político-Pedagógico, gestão democrática, comunidade escolar, participação.

¹ E-mail: rosilenespontes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Iniciaremos a primeira parte, tratando da importância de a escola construir seu próprio projeto pedagógico. Na sequência, serão reflexões acerca da análise dos princípios que norteiam o PPP. Finalizaremos discutindo os elementos fundamentais para a organização do trabalho pedagógico, necessários à construção ou elaboração do projeto pedagógico. São eles, a saber: a finalidade da escola; o tempo escolar; as relações dos profissionais; o processo de decisão, avaliação das ações; currículo; e estrutura da organização.

Toda escola, representada por sua liderança e corpo docente precisam construir ou atualizar o Projeto Político-Pedagógico (PPP). É um momento de reunir todos, servidores e funcionários, para que sejam informados do que vai ser realizado na unidade escolar. Não é uma tarefa fácil, pois se trata de ouvir todos os profissionais, inclusive membros da comunidade local, com os seus anseios e visões distintas de um mesmo espaço. Não adianta sonhar com projetos mirabolantes, se não há recursos financeiros para a sua realização, tem que ser algo que seja possível aos olhos de quem está no trabalho diário. Porque, na verdade o que importa mesmo é a aprendizagem dos alunos. Como nos ensina Demo (1993, p.245):

A construção de um projeto pedagógico próprio insinua menos um produto demonstrativo, do que o fazer e o refazer incessante da capacidade científica dos professores, motivando-os a trabalharem coletivamente, a revisarem sempre sua formação, a buscarem atualização constante, a realizarem a escola como obra comunitária de todos, sob a liderança competente de grupo de professores.

A Lei nº 9.394/96 respalda a elaboração do projeto político-pedagógico, colocando esse documento como condição necessária para a escola construir ou manter a sua autonomia. Está explícito no Art. 12 ao responsabilizar os sistemas de ensino, respeitando as normas comuns, pela incumbência da elaboração e execução da proposta pedagógica, administração de pessoal e material, bem como articulação com as famílias e a comunidade escolar (Brasil, 1996).

Levando em conta esse contexto, a Lei nº 9.394/96 deixa claro que há uma necessidade de uma ação coletiva para regulamentar a gestão democrática das instituições de ensino do país e estabelece o PPP como um documento obrigatório para as escolas e que deve ser construído ou atualizado coletivamente, na forma mais democrática possível. É um momento que todos os presentes devem participar efetivamente e apresenta objetivos e metas

que orientem as ações educacionais na escola.

A finalidade da escola, seja ela pública ou privada, é tornar os alunos seres históricos com capacidade crítica e criativa, com potencial para produzir e reconstruir conhecimento. E, onde os professores criam situações desafiadoras em que os alunos são protagonistas, também, do processo ensino e aprendizagem e não, apenas, mero objetos.

Cada escola tem a sua própria estrutura organizacional que, muitas vezes não há um conhecimento formal dos professores/gestores. No momento de construir o projeto pedagógico, isso vem à tona e é preciso reunir o grupo para fazer o registro das características organizacionais nela existente. Não adianta tomar como referência projetos de outras unidades escolares se não fizer adequações e respeitar a cultura existente daquela unidade escolar. Do contrário não seria algo inovador.

Pensar em construção do projeto pedagógico da escola é se preocupar com o currículo; que nada mais é do que os meios que serão utilizados para a construção do conhecimento. O currículo é tudo que se refere aos processos educacionais para aquisição e construção do conhecimento. O currículo como nos ensina Veiga, é uma ideologia, expressa uma cultura e não pode ser separado do contexto social.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. Veiga.

Uma escola que quer avançar para a melhoria dos processos educacionais, tem que trabalhar a democracia em todos os seus espaços, como também se preocupar com as relações de trabalho. Os profissionais, primordialmente, os gestores, deveriam cuidar melhor das pessoas que trabalham na comunidade escolar, pois, o processo de decisão acontece quando todos tem voz e voto, e sem a participação efetiva de todos que fazem a unidade escolar, esse documento está distante de se efetivar.

Medel (2012), nos informa que, há uma necessidade de se criar um ambiente de confiança, no quesito relações entre os profissionais da escola. Quando esse ambiente é preparado para tal, a contribuição pode ser mais assertiva. É de suma importância que haja um planejamento das atividades quando o

objetivo é a reflexão, discussões, elaboração ou atualização do projeto.

Quanto ao tempo escolar, precisa ser melhor utilizado. Como por exemplo realizar reuniões em que sejam discutidas varias situações, como forma de otimização desse tempo. Às vezes o PPP é bem fundamentado, entretanto, não tem êxito, devido à falta de utilização do tempo do trabalho na escola. Medel (2012, p.69) explica que:

O sucesso escolar não depende unicamente das políticas e diretrizes externas, depende também do contexto interno, ou seja, das características de organização da escola. Elas devem estar relacionadas às informações necessárias.

Outro ponto importante para que as ações do projeto pedagógico estejam no caminho almejado, é a avaliação. No momento de avaliação é averiguado o que foi possível de realizar e surgirão reflexões para novas mudanças com o propósito de melhoria da prática educativa. É a avaliação que vai garantir o acompanhamento das atividades que foram escolhidas para a evolução do trabalho de ensino e aprendizagem.

Para esclarecer melhor, contamos com a contribuição de Gandin (2012), onde o referido autor esclarece que é difícil ter uma escola inovadora, interessante para as crianças e professores, com condições ideais para uma aprendizagem de

qualidade, com espaço adequado e equipamentos modernos, se o investimento destinado à escola ainda é ínfimo. Ainda não há recursos suficientes para que haja uma real transformação na escola. Nesse caso específico, estamos nos referindo a escola pública. Como nos ensina Gandin (2012, p.40):

É preciso construir uma administração (gestão) que esteja a serviço dos participantes da instituição, exercendo seu poder para que ele seja de todos, sempre em função do projeto político e pedagógico que deve ser o fundamento de qualquer prática.

Segundo Medel (2012), mesmo a escola tendo autonomia para registrar a sua identidade no PPP, e projetar a curto ou médio prazo ações de melhoria, que são do interesse consensual, precisa lembrar que ela está incluída em políticas educacionais do governo.

O projeto é político e pedagógico. É político, porque a escola, tem o compromisso de formar cidadãos para a sociedade atual. Com relação ao aspecto pedagógico, há a preocupação da escola de formar pessoas que saibam intervir no meio em que vivem, com capacidade crítica, criatividade e responsabilidade. Ou seja, é necessário que a intenção da escola seja a definição das ações importantes para o melhoramento da escola.

Pedagógico, porque tem a viabilidade de efetivar a intenção do corpo docente, gestão escolar, ou seja, a intencionalidade da escola, que é a de formar cidadãos críticos, participativos, reflexivos que saibam intervir na sociedade com o intuito de melhorar e transformar socialmente o contexto em que está inserido. Político, por estar relacionado aos interesses da classe majoritária, um compromisso sociopolítico com a coletividade.

É imprescindível o documento do PPP na escola como forma de intervir na realidade escolar e na forma de comunicação entre os atores que fazem a instituição. Com o projeto pedagógico implantado na escola, há uma melhor forma de diálogo entre as pessoas que trabalham na comunidade escolar e as do entorno. Nesse prisma, há uma consolidação do PPP como instrumento de uma gestão colegiada que tem na sua pauta a tomada de decisão coletiva, no que diz respeito aos pontos nevrálgicos e potencialidades que são vivenciados por todos no cotidiano escolar.

Não se concebe uma escola sem o seu documento primordial que é o Projeto Político-pedagógico – PPP, pois, é ele que retrata a identidade da escola e exige que todos que fazem a comunidade escolar participem das ações da unidade escolar. Quando a escola tem uma gestão democrática essa participação é ativa e há

voz da equipe diretiva, docente, administrativa, funcionários e membros da comunidade do entorno. Conforme Souza (1998), apud Medel, o PPP precisa ser construído de forma a elucidar o compromisso ético-pedagógico de formar cidadãos críticos que possam tomar consciência e fazer uma reflexão da realidade da sociedade para intervir e melhorar.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), nº 9394/96, regulamenta a gestão democrática nas escolas públicas e, no artigo 12, expõe a necessidade de a escola pública construir a sua proposta pedagógica. Ou seja, essa lei determina que todas as escolas elaborem o seu Projeto Político-Pedagógico, junto a comunidade escolar e do entorno. Como lembra Medel (2012, p.4):

A referida lei evidencia o papel da escola e dos educadores na construção de propostas educacionais articuladas com as políticas educacionais, com as políticas nacionais, com as diretrizes dos estados e municípios, levando em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino.

Para a elaboração do PPP, a LDB inclui três eixos, a saber: a flexibilidade, a avaliação e a liberdade. O eixo da flexibilidade está relacionado ao fato de que a escola possui autonomia para construir o seu documento de acordo com a

sua realidade. A avaliação, nos mais variáveis níveis de ensino, tem que estar presente e, o eixo liberdade refere-se ao ambiente propício onde haja o pluriculturalismo de ideias e concepções pedagógicas e proposta de gestão democrática que cabe a cada sistema de ensino a sua definição.

Quando a escola pensa em elaborar o seu projeto pedagógico, subentende-se que está explícito para todos, que a unidade tem o compromisso com a comunidade externa e com a comunidade escolar em ofertar uma educação de qualidade. Não há êxito com o PPP se as comunidades ficarem fora do processo de construção. O foco desse processo, sempre, é a aprendizagem dos alunos. A participação de todos no momento de construção para sugestão de ações, é fundamental.

É de fundamental importância que os órgãos colegiados de façam presente nos momentos de construção e implementação do projeto pedagógico, como também todos os profissionais que fazem a escola acontecer. As instâncias colegiadas como o Conselho escolar e o Conselho de Classe são importantíssimas para dar uma contribuição no tocante a mobilização, reflexão do processo de implementação e avaliação das ações contidas no projeto. Destacamos aqui, o Conselho de Escola, pois, o mesmo, tem o poder de decisão e representa vários segmentos da escola.

Deve estar presente em todas as etapas de construção ou elaboração do projeto.

As unidades escolares, de forma geral, precisam ter a consciência que o projeto não é algo que é construído para, apenas, entregar aos órgãos competentes e engavetado, como se fosse apenas um documento burocrático. Porém, para nortear os todos os processos educacionais. Uma escola para ser ativa, tem um projeto que é vivenciado por todos aqueles que se preocupam em realizar um trabalho educativo de qualidade. Isso caracteriza uma escola democrática.

Sabemos que, para realizar a construção de um projeto político, se faz necessário a vontade de querer mudar o que está posto e não adequado para a formação de cidadãos emancipados. A gestão tem esse papel, também, de romper barreiras do negativismo do corpo docente, de forma a trabalhar a unidade de grupo e a diversidade cultural existente. Como nos ensina Medel (2012, p.5): para elaborar um projeto, é necessário ousadia, discussão, reflexão, desejo de renovação e, sobretudo, participação de todos os envolvidos no processo escolar. Também se deve pensar nos componentes que irão formá-lo, em termos de visão multicultural e de inclusão que a escola pretende desenvolver por meio do tratamento dado ao currículo e à avaliação.

A gestão democrática é um princípio constitucional fortalecido pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Lei Darcy Ribeiro e distingue-se pela prática dos gestores associados a uma visão de educação emancipadora. Ela exige um gestor capaz de identificar e programar espaços de aprendizagem compatíveis com uma educação participativa, certificando a construção de escolas solidárias, democráticas e competentes.

Uma escola que abraça o princípio da gestão democrática tem uma perspectiva de mudanças, no que se refere a práxis educativa e em todos os processos educacionais. E deve ser o objetivo central, trabalhar dentro do contexto que é apresentado. Precisa ser uma gestão que proporcione as condições ao corpo docente e porque não dizer, discente, para a participação no momento de discussão do Projeto Político-Pedagógico. Como nos lembra, Gandin (2012, p.40):

É preciso construir uma administração(gestão) que esteja a serviço dos participantes da instituição, exercendo seu poder para que ele seja de todos, sempre em função do projeto político e pedagógico que deve ser o fundamento de qualquer prática.

A escola precisa se preocupar com o seu papel social, ou seja, o que ela deve

fazer para formar o aluno dentro do contexto da sociedade. Afinal de contas, os estudantes sairão da unidade escolar para enfrentar os desafios do mundo em que habitam, e, sem uma formação integral, dificilmente, conseguirão se encaixar nessa estrutura atual.

Os gestores escolares são os líderes da escola; cabe a esses, criarem um ambiente escolar que seja propício a uma aprendizagem que tenha significado para todos. A escola é a grande intermediadora do processo ensino e aprendizagem, auxiliando os alunos a construir seus próprios conhecimentos. E, os caminhos para essa produção é de responsabilidade da escola.

Nos esclarecimentos de Gandin (2012), uma escola interessante para os alunos e professores é aquela que é inovadora, que tem um espaço adequado, do ponto de vista da construção do conhecimento. Uma instituição desse tipo requer critérios e condições para uma efetiva aprendizagem, sendo significativa para se viver em sociedade. Para tal, é necessário, pelo menos, um investimento razoável destinado à educação.

Como já foi dito acima, o Projeto Político Pedagógico, tem uma definição da escola que se tem e de qual querem alcançar, além de mostrar a situação dela no quesito ensino e aprendizagem. Por isso, é o momento de se pensar em um currículo

pleno, com todas as estratégias, no tocante as disciplinas, metodologia, recursos didáticos, tipos de avaliação, etc. Incluem-se nesse item, a concepção de mundo, sociedade, pluriculturalismo e, que tipo de indivíduo a escola que formar. É um documento abrangente que deve, também, considerar as histórias de vida dos professores e alunos para poder organizar seu trabalho. tudo dentro da realidade e contexto existente.

Conforme escritos do Libâneo (2018), a cultura é o conjunto de tudo o que o indivíduo aprendeu em toda a sua história de vida, em distintas instâncias da sociedade, incluindo questões de religião e costumes vivenciados na comunidade onde ele está inserido. E isso, determina, muitas vezes, o seu comportamento.

A elaboração do projeto pedagógico, além de elucidar os objetivos educacionais da unidade, define, também, uma proposta pedagógica fundamentada nos princípios da gestão democrática. Pois, o Projeto Político-Pedagógico é um documento que registra a intencionalidade da escola e viabiliza uma discussão entre todos os profissionais sobre o dia-a-dia da escola, de forma democrática. A elaboração do PPP, prescinde, também, da vontade da equipe escolar de querer mudança, no sentido de melhorar o trabalho escolar de forma democrática. Conforme Medel, (2017, p.35):

O PPP é o instrumento que possibilita à escola inovar a prática pedagógica dos docentes e dos demais membros da comunidade escolar, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas.

A educação, segundo Lück (2014) deve ter, sobretudo, o objetivo de realizar a promoção de seus educandos, no tocante ao desenvolvimento de capacidades para saber exercer a sua cidadania. Quando a escola cria situações que envolvam os alunos em atividades de liderança compartilhada, favorece a liderança diante dos problemas enfrentados em sociedade.

Esses exercícios em salas de aula são de fundamental importância, como também, os docentes precisam deixar claro para os estudantes a razão pela qual necessitam daquele conhecimento para a vida futura adulta. Não é importante, apenas, adquirir elementos materiais para a vida, mas, ter um conhecimento e um nível de escolaridade que assegure um espaço no mercado de trabalho; consciente disso, provavelmente, haverá mais interesse em aprender.

Então, todos devem participar da construção do projeto pedagógico da escola. É um trabalho coletivo que envolve, não só a coordenação pedagógica e a equipe diretora. Mas, também, os que levam a frente a sua construção, execução e

avaliação das ações, constantes no PPP. É corresponsabilidade dos docentes, equipe técnica- administrativa e todos os segmentos do Conselho Escolar, comunidade externa e técnicos da administração central da Secretaria de Educação.

Não adianta dizer que quer elaborar o projeto pedagógico de sua escola, mas não tem o compromisso de participar das reuniões para esse fim. A participação é um processo político e requer um esforço de todos; para a construção, execução e avaliação do mesmo, sempre coletivamente. Não é uma tarefa fácil, porém, possível. Os pais, os alunos, são representantes da comunidade escolar e podem participar do processo de socialização da escola. Libâneo (2018, p.281), nos ensina que:

A participação é o principal meio de tomar decisões, de mobilizar as pessoas para decidir sobre os objetivos, os conteúdos, as formas de organização do trabalho e que ambiente de trabalho desejam para si próprios e para os outros.

Não existe uma forma padronizada para uma escola que prima pela qualidade dos processos educacionais. Para se ter qualidade é necessária uma dinâmica para esse fim, além da reconstrução de suas ações, sempre que necessário.

As escolas brasileiras tem uma autonomia relativa, para fazer reflexão

sobre suas ações e tentar fazer o melhor para sanar seus problemas; sejam de ordem do ensino e aprendizagem, como na parte administrativa, financeira ou relacional. Tudo isso com vistas à melhoria do processo de construção de uma educação de excelência; amparada por lei. Quando há um conhecimento, por parte da unidade, de seus pontos frágeis, a escola tem condições de reverter esse quadro, mediante ações registradas no projeto político- pedagógico, respeitando suas prioridades e critérios elaborados pela própria escola.

A educação é dever do Estado; no entanto, essa etapa social construída pelo Estado, precisa, muito da contribuição da família, amparada na lei, que orienta sobre a formação cidadã dos brasileiros e brasileiras. O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 e o Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), evidenciam o direito à educação, o dever da família e do Estado, visando o desenvolvimento do indivíduo e sua preparação para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Evidenciamos que, é papel do Estado prover a educação para os cidadãos brasileiros. Contudo, os pais são corresponsáveis; acompanhando a educação de seus filhos, na escola. E a instituição escola, com a autonomia pedagógica, administrativa e financeira que

lhe foi assegurada por lei, ou seja, pelas políticas públicas educacionais de nosso país, pode gerir com muita propriedade, os processos educacionais da unidade escolar. Começando com a construção de sua própria identidade, por intermédio do projeto pedagógico e com a participação da comunidade escolar. Medel (2012, p.5) reforça que:

Ainda que a escola tenha autonomia para valorizar sua identidade e seus propósitos específicos, está inclusa em políticas educacionais que definem o projeto do governo no que se refere ao que se espera de uma educação de qualidade, no espaço da educação pública, no espaço da educação pública, em um mundo globalizado e plural.

No contexto do planejamento do PPP, o documento deve constar dados importantes da escola, que é a identificação da mesma: o histórico; objetivos e metas; proposta pedagógica; currículo escolar; metodologia de ensino utilizada em sala de aula e as formas de avaliação; informação acerca dos docentes, discentes; funcionamento do Conselho Escolar, Calendário etc.

Dentro do projeto pedagógico está implícito o tipo de ideologia referente ao tipo de cidadão que a escola tem intenção de formar; isso é o aspecto político desse documento. Dar para perceber quando uma escola tem a preocupação de formar pessoas

críticas, reflexivas e participativas, que constroem suas histórias; daquela que tem apenas uma educação bancária, onde há uma transmissão de conhecimentos para os estudantes reproduzirem. Não objetiva a emancipação humana desses indivíduos.

Quando a escola promove a participação dos alunos significa que eles têm importância e, deixa evidente, a preocupação com eles. Que há interesse em orientá-los, no tocante aos rumos possíveis, que os favoreçam na transformação do modo de vida. O projeto pedagógico, como havíamos discutido anteriormente, não pode ser imposto, mas construído coletivamente, com toda a comunidade que faz parte desse processo. Com a responsabilidade de trabalhar com os alunos o desafio de discutir sobre uma sociedade mais justa, igualitária, em um processo democrático.

O aluno deve ser despertado para um trabalho criativo, o qual seja motivador, para que ele se interesse pelo estudo, e mostrar quão valor é dado pela sociedade; e só o estudo é capaz de mudar as condições desiguais das pessoas. Para isso, tem a escola como espaço ideal para trabalhar nesse sentido, para conseguir essa emancipação pessoal. É onde acontece de tudo, como por exemplo, o encontro de todos os alunos com a suas diferenças individuais: de crenças, costumes, culturas, etc.

Quando o projeto pedagógico é uma construção própria, Demo (1993) nos diz que, de certa forma, o grupo de professores, gestão e outros, são obrigados a realizarem o trabalho escolar de forma coletiva. Obriga esse grupo, me refiro, prioritariamente, a categoria de professor, a fundamentar-se melhor com pesquisas incessantes para melhoria da técnica e competência fundamentais do ofício. Ou seja, em decorrência do PPP, os professores são levados a produzirem com mais condição de melhorar a qualidade de sua prática educativa.

Ao terminar a construção ou atualização do Projeto Político-Pedagógico, é necessário fazer uma averiguação do que foi possível fazer e quais encaminhamentos precisam de um olhar especial. Além de conhecer todas as metas que foram estabelecidas a curto, médio ou longo prazo, convém discutir com o grupo que providências serão tomadas referente com cada uma. O projeto, como precisa refletir a realidade da escola e também da comunidade, depois de algum tempo precisa ser atualizado, tendo em vista que as mudanças na sociedade não param de ocorrer e pode afetar diretamente os objetivos e metas registrados no documento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar o projeto pedagógico como um instrumento que abre caminho para a discussão de ações educacionais para a melhoria dos processos gerais da escola, como o planejamento, currículo, avaliação e melhorias das decisões para sanar os problemas apresentados pelos servidores da própria escola.

Diante do exposto, percebemos que, é com o projeto pedagógico- o principal documento da escola-, que há condições de orientar, no referente as distintas dimensões da escola, como os aspectos pedagógicos, políticos e administrativos.

Verificamos que, o documento referido acima, precisa apresentar relação entre a realidade vigente e os desejos de todos os que fazem a unidade escolar. Por isso, o acompanhamento tem o caráter inovador, ou seja, de refletir novas possibilidades de direcionamento dos processos no ambiente educacional.

Mediante reflexão realizada, podemos afirmar que a construção ou atualização do projeto pedagógico não é uma tarefa das mais fáceis de se realizar. E que são várias as implicações que a unidade escolar terá que enfrentar, pois, surgirão conflitos pessoais e também coletivos e, se não houver uma equipe fundamentada teoricamente, articuladora do processo, provavelmente, esse documento não terá muito sucesso. Frisamos aqui que, essa equipe, não pode se sentir detentora do conhecimento sobre o PPP. Podemos perceber que, é possível a construção desse documento, contanto, que seja embasado nos princípios da possibilidade e da necessidade de realizar.

REFERÊNCIAS

cep.pr.gov.br- Revista de divulgação técnico-científica do ICPG- Vol. 3 n.9- jul.-dez./2006 ISSN 1807- 2836

DEMO, Pedro- DESAFIOS MODERNOS DA EDUCAÇÃO. Petrópolis, RJ: Vozes,1993.

Educacaopublicacecierj.edu.br- Artigo: PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS

AÇÕES EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Google: semanaacadêmica.org.br- Revista científica semana acadêmica. Artigo: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: A gestão e a função social da escola para a comunidade.

LIBÂNEO, José Carlos- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA- TEORIA E PRÁTICA. - 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2018. Link: ifspcaragatatuba.edu.br

LÜCK, Heloísa. A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. CONCEPÇÕES E PROCESSOS DEMOCRÁTICOS DE GESTÃO EDUCACIONAL. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa. GESTÃO DA CULTURA E DO CLIMA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. LIDERANÇA EM GESTÃO ESCOLAR. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEDEL. Cássia Ravena Mulin de Assis.
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
Construção e Implementação na Escola. 2.
Ed. Campinas, SP: Autores Associados,
2012. (Coleção educação contemporânea)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga.
Artigo: PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO E GESTÃO
DEMOCRÁTICA- Novos marcos para uma
educação de qualidade veiga-ilma-passos-
ppp-uma-construção-coletiva.pdf